

**NEWS** WEB JORNALISMO

01

• PB AGORA

Deputado pede na Câmara anulação de despejo de mil famílias Sem Terra na PB

<https://www.pbagora.com.br/noticia/politica/deputado-petista-pede-na-camara-anulacao-de-despejo-de-mil-familias-sem-terra-na-pb/>

02

• DIÁRIO DA PARAÍBA

Defensora pública denuncia “indústria” de liminares e ilegalidades nas ações de despejo na Paraíba

<https://diariodapb.com.br/defensora-publica-denuncia-industria-de-liminares-e-ilegalidades-nas-acoes-de-despejo-na-paraiba/>



03

• PARAÍBA.COM

Defensora aponta irregularidades em liminares concedidas em ações de despejo na Paraíba

<http://paraiba.com.br/2019/09/03/defensora-aponta-irregularidades-em-liminares-concedidas-em-acoes-de-despejo-na-paraiba/>

04

• CLICK PB

Defensoria pede ingresso na ação da PMJP contra lei da gratuidade nos ônibus a pessoas com doença mental

<https://www.clickpb.com.br/politica/defensoria-pede-ingresso-na-acao-da-pmjp-contra-lei-da-gratuidade-nos-onibus-a-pessoas-com-doenca-mental-267198.html>



05

• GOVERNO DO PIAUÍ

Defensoria participa de workshop do Sistema Solar no Tocantins

<http://www.piaui.pi.gov.br/materia/defensoria/defensoria-participou-de-workshop-do-sistema-solar-no-tocantins-9654.html>

06

• MAIS PB

Silvio Porto comporta o triplo da capacidade

<https://www.maispb.com.br/409293/populacao-carceraria-no-silvio-porto-e-tres-vezes-maior-que-capacidade.html>



• FAROL CORPORATIVO

Defensoria pública conclui levantamento na penitenciária Sílvio Porto, em João Pessoa

<http://farolcorporativo.com.br/portal/defensoria-publica-conclui-levantamento-na-penitenciaria-silvio-porto-em-joao-pessoa/>

## Defensoria Pública já marca presença em mais de 80% dos júris realizados em JP no 2º semestre

<http://farolcorporativo.com.br/portal/defensoria-publica-ja-marca-presenca-em-mais-de-80-dos-juris-realizados-em-jp-no-2o-semester/>

## Defensora aponta irregularidades em liminares concedidas em ações de despejo na Paraíba

<http://farolcorporativo.com.br/portal/defensora-aponta-irregularidades-em-liminares-concedidas-em-aco-es-de-despejo-na-paraiba/>

### • FOLHA DIGITAL 83

## Com capacidade para 609, Silvío Porto tem 1.740 presos, mostra levantamento da Defensoria

<https://www.folhadigital83.com.br/2019/09/06/com-capacidade-para-609-silvio-porto-tem-1-740-presos-mostra-levantamento-da-defensoria/>

### • CORREIO DA PARAÍBA

## Sem monotonia

<https://correiodaparaiba.com.br/colunas/sem-monotonia/>

### • PB AGORA

## Mãe vê filho preso a 310 km de distância na primeira visita virtual promovida pela DPE

<https://www.pbagora.com.br/noticia/paraiba/mae-ve-filho-presos-a-310-km-de-distancia-na-primeira-visita-virtual-promovida-pela-dpe/>

### • G1

## Mãe faz visita virtual a filho preso em outra cidade; encontro por videochamada é o primeiro da PB

<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/09/13/mae-faz-visita-virtual-a-filho-presos-em-outra-cidade-encontro-por-videochamada-e-o-primeiro-da-pb.ghtml>

### • POLÊMICA PARAÍBA

## INOVAÇÃO: Paraíba realiza primeira visita virtual a detento através de videochamada

<https://www.polemicaparaiba.com.br/paraiba/inovacao-paraiba-realiza-primeira-visita-virtual-a-detento-atraves-de-videochamada/>

### • FOCANDO A NOTÍCIA

## Mãe faz visita virtual a filho preso em outra cidade; encontro por videochamada é o primeiro da PB

<https://www.focandoanoticia.com.br/mae-faz-visita-virtual-a-filho-presos-em-outra-cidade-encontro-por-videochamada-e-o-primeiro-da-pb/>

### • PLANTÃO DIÁRIO

## Mãe faz visita virtual a filho preso em outra cidade; encontro por videochamada é o primeiro da PB

<http://www.plantaodiario.com.br/portal/artigos/pb-joao-pessoa/2019/09/13/mae-faz-visita-virtual-a-filho-presos-em-outra-cidade-encontro-por-videochamada-e-o-primeiro-da-pb.html>

### • PATOS ONLINE

## Em Patos, mãe vê filho preso a 310 km de distância na primeira visita virtual promovida pela Defensoria Pública da PB

<https://site.patosonline.com/2019/09/13/em-patos-mae-ve-filho-presos-a-310-km-de-distancia-na-primeira-visita-virtual-promovida-pela-defensoria-publica-da-pb/>

### • PARAÍBA.COM

## Mãe vê filho preso a 310 km de distância na primeira visita virtual promovida pela Defensoria Pública da PB

<http://paraiba.com.br/2019/09/13/mae-ve-filho-presos-a-310-km-de-distancia-na-primeira-visita-virtual-promovida-pela-defensoria-publica-da-pb/>

### • OP9

## Mãe vê filho preso a 310 km de distância na 1ª visita virtual da PB

<https://www.op9.com.br/pb/noticias/mae-ve-filho-presos-a-310-km-de-distancia-na-1a-visita-virtual-da-pb/>

### • G1 PB

## DPE recomenda que faculdades suspendam supostas taxas irregulares, em Campina Grande

<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/09/16/dpe-recomenda-que-faculdades-particulares-suspendam-supostas-taxas-irregulares-em-campina-grande.ghtml>

08  
13



16

• JORNAL DA PARAÍBA

## Faculdades de Campina Grande são notificadas por cobrança indevida em repetição de disciplina

[http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida\\_urbana/faculdades-de-campina-grande-sao-notificadas-por-cobranca-indevida-de-taxa-de-repetencia.html](http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/faculdades-de-campina-grande-sao-notificadas-por-cobranca-indevida-de-taxa-de-repetencia.html)

17

• PORTAL CORREIO

## Faculdades são suspeitas de cobrar taxas de repetência

<https://portalcorreio.com.br/faculdades-suspeitas-cobranca-taxas-repetencia/>

• ANADEP

## PB: DPE faz recomendações a faculdades por suposta cobrança de taxas de repetência

<https://www.anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=42083>

• CÂNDIDO NÓBREGA

## DPE-PB expede recomendações a faculdades particulares de CG por supostas cobranças de taxas de repetência

<http://candidonobrega.com.br/artigo/7974/2019/09/17/dpe-pb-expede-recomendacoes-a-faculdades-particulares-de-cg-por-supostas-cobrancas-de-taxas-de-repetencia>

• EXPERIÊNCIA JURÍDICA

## Solenidade de posse do novo defensor público-geral da Paraíba será nesta quarta

<http://experienciajuridica.com.br/dpe-pb-expede-recomendacoes-faculdades-particulares-de-cg-por-supostas-cobrancas-de-taxas-de-repetencia/>

18

• PB AGORA

## MPF ainda quer providências da PMJP para solucionar impasse no Porto do Capim

<https://www.pbagora.com.br/noticia/paraiba/mpf-ainda-quer-providencias-da-pmjp-para-solucionar-impasse-no-porto-do-capim/>

• PARAÍBA.COM

## Retomado diálogo entre comunidade ribeirinha do Porto do Capim e Prefeitura de João Pessoa

<http://paraiba.com.br/2019/09/18/retomado-dialogo-entre-comunidade-ribeirinha-do-porto-do-capim-e-prefeitura-de-joao-pessoa/>

• MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PB

## Retomado diálogo entre comunidade ribeirinha do Porto do Capim e Prefeitura de João Pessoa

<http://www.mpf.mp.br/pb/sala-de-imprensa/noticias-pb/retomado-dialogo-entre-comunidade-ribeirinha-do-porto-do-capim-e-prefeitura-de-joao-pessoa>

20

• PORTAL DO LITORAL PB

## Defensoria Itinerante vai integrar programação do Cejusc Cidadania, em novembro, na Praça da Paz

<https://www.portaldolitoralpb.com.br/defensoria-itinerante-vai-integrar-programacao-do-cejusc-cidadania-em-novembro-na-praca-da-paz/>

• CÂNDIDO NÓBREGA

## Defensoria Itinerante vai integrar programação do Cejusc Cidadania, em novembro, na Praça da Paz

<http://www.candidonobrega.com.br/artigo/7989/2019/09/20/defensoria-itinerante-vai-integrar-programacao-do-cejusc-cidadania-em-novembro-na-praca-da-paz>

• TÁ NA ÁREA

## Defensoria Itinerante vai integrar programação do Cejusc Cidadania, em novembro, na Praça da Paz

<https://www.tanaarea.com.br/paraiba/defensoria-itinerante-vai-integrar-programacao-do-cejusc-cidadania-em-novembro-na-praca-da-paz/>

24

• PORTAL JURISTAS

## DPE é admitida como 'amiga da Corte' em ação que questiona passe livre para pessoas com transtorno mental

<https://juristas.com.br/2019/09/24/dpe-e-admitida-como-amiga-da-corte-em-acao-que-questiona-passe-livre-para-pessoas-com-transtorno-mental/>

• CÂNDIDO NÓBREGA

## DPE é admitida como 'amiga da Corte' em ação que questiona passe livre para pessoas com transtorno mental

<http://www.candidonobrega.com.br/artigo/7994/2019/09/24/dpe-e-admitida-como-amiga-da-corte-em-acao-que-questiona-passe-livre-para-pessoas-com-transtorno-mental>

## TJ julga nesta 4ª Mandado de Injução Coletivo para obrigar Estado a editar lei de cotas raciais em concurso

<http://www.candidonobrega.com.br/artigo/7995/2019/09/24/tj-julga-nesta-4a-mandado-de-injuncao-coletivo-para-obrigar-estado-a-editar-lei-de-cotas-raciais-em-concursos>

# 25

### • TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

## TJPB julga improcedente ação impetrada pela Defensoria sobre cotas raciais em concursos públicos

<https://www.tjpb.jus.br/noticia/tjpb-julga-improcedente-acao-impetrada-pela-defensoria-sobre-cotas-raciais-em-concursos>

### • JORNAL DA PARAÍBA

## TJ desobriga estado da Paraíba a editar leis sobre cotas raciais em concursos públicos

<http://www.jornaldaparaiba.com.br/politica/tj-desobriga-estado-da-paraiba-a-editar-leis-sobre-cotas-raciais-em-concursos-publicos.html>

### • G1 PB

## TJ julga improcedente a edição da lei de cotas raciais em concursos públicos, na Paraíba

<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/09/25/tj-julga-improcedente-a-edicao-da-lei-de-cotas-raciais-em-concursos-publicos-na-paraiba.ghtml>

### • PORTAL T5

## TJPB decide que edição da lei de cotas raciais em concursos públicos é improcedente

<https://www.portalt5.com.br/noticias/paraiba/2019/9/255360-tjpb-decide-que-edicao-da-lei-de-cotas-raciais-em-concursos-publicos-e-improcedente>

# 26

### • PARAÍBA.COM

## Defensor público-geral da PB se reúne com secretários do Governo Federal e presidente do CNJ

<http://paraiba.com.br/2019/09/26/defensor-publico-geral-da-pb-se-reune-com-secretarios-do-governo-federal-e-presidente-do-cnj/>

## Ouvidores de Defensorias Públicas de 10 estados se reúnem com entidades sociais da Paraíba

<http://paraiba.com.br/2019/09/26/ouvidores-de-defensorias-publicas-de-10-estados-se-reunem-com-entidades-sociais-da-paraiba/>

# 27

### • CÂNDIDO NÓBREGA

## João Pessoa sediou reunião do Conselho Nacional de Ouvidorias das Defensorias Públicas

<http://www.candidonobrega.com.br/artigo/7999/2019/09/27/joao-pessoa-sediou-reuniao-do-conselho-nacional-de-ouvidorias-das-defensorias-publicas>

### • PARAÍBA RADIOBLOG

## Veículo utilizado para transporte de presos em CG é substituído a pedido da Defensoria Pública

<https://www.paraibaradioblog.com/2019/09/27/veiculo-utilizado-para-transporte-de-presos-em-cg-e-substituido-a-pedido-da-defensoria-publica/>

### • EXPERIÊNCIA JURÍDICA

## Veículo utilizado para transporte de presos em CG é substituído a pedido da Defensoria Pública

<http://experienciajuridica.com.br/veiculo-utilizado-para-transporte-de-presos-em-cg-e-substituido-pedido-da-defensoria-publica/>

## Em Brasília, Ricardo Barros se reúne com secretários do Governo Federal e presidente do CNJ

<http://experienciajuridica.com.br/em-brasilia-ricardo-barros-se-reune-com-secretarios-do-governo-federal-e-presidente-do-cnj/>

### • WSCOM

## Tambáú imóveis mostra como a Mediação, Conciliação e Arbitragem desafoga o Judiciário

<https://www.wsc.com.br/tambau-imoveis-mostra-como-a-mediacao-conciliacao-e-arbitragem-vem-desafogando-o-judiciario/>

### • CÂNDIDO NÓBREGA

## Em Brasília, Ricardo Barros se reúne com secretários do Governo Federal e presidente do CNJ

<http://www.candidonobrega.com.br/artigo/8004/2019/09/28/em-brasilia-ricardo-barros-se-reune-com-secretarios-do-governo-federal-e-presidente-do-cnj>

## Veículo utilizado para transporte de presos em CG é substituído a pedido da Defensoria Pública

<http://www.candidonobrega.com.br/artigo/8003/2019/09/28/veiculo-utilizado-para-transporte-de-presos-em-cg-e-substituido-a-pedido-da-defensoria-publica>

04

• TV TAMBAÚ/ TAMBAÚ DA GENTE

## Princípio de rebelião com fuga foi registrada no Lar do Garoto

<https://www.youtube.com/watch?v=fzR5eYUa2YA>



13

• TV CABO BRANCO/ G1 EM 1 MINUTO PB

## Mãe faz visita virtual a filho preso em outra cidade, na Paraíba

<http://g1.globo.com/pb/paraiba/videos/v/g1-em-1-minuto-paraiba-mae-faz-visita-virtual-a-filho-presno-em-outra-cidade-na-paraiba/7920893/>



17

• TV CABO BRANCO/ BOM DIA PB

## DPE recomenda que faculdades suspendam supostas taxas irregulares, em Campina Grande

<http://g1.globo.com/pb/paraiba/bom-dia-pb/videos/t/edicoes/v/dpe-recomenda-que-faculdades-suspendam-supostas-taxas-irregulares-em-campina-grande/7928773/>



03 • CORREIO DA PARAIBA  
Coluna Abelardo Jurema - C6**Reposição**

A Defensoria Pública da Paraíba, à frente o defensor geral Ricardo Barros, vem reforçando os seus quadros com de posse a novos defensores públicos nomeados através de Concurso Público. A categoria, criada ainda no governo Wilson Braga que instituiu a advocacia de Ofício do Estado, tem sofrido muitas baixas por conta da aposentadoria e falecimento de muitos dos seus integrantes. Agora está repondo os seus quadros para garantir o acesso à Justiça aos mais necessitados.

08 • CORREIO DA PARAIBA  
Coluna Lena Guimarães - A3

**Superlotação.** A Defensoria Pública da Paraíba concluiu levantamento no presídio Silvio Porto sobre a situação dos detentos que assiste. No relatório consta que com capacidade para 609 presos, abriga atualmente 1.740.

**Alternativa.** A Defensoria diz que constatou, além da superlotação necessidade de colchões, roupas, alimentação e medicações, “entre outras coisas”. Informa que pedirá progressão de regime para quem tiver direito.

## • JORNAL A UNIÃO

## Capa

**A UNIÃO**

126 ANOS - PATRIMÔNIO DA PARAÍBA

Ano CXXVI Número 186

João Pessoa, Paraíba - DOMINGO, 8 de setembro de 2019 - R\$ 2,00 - Assinatura anual R\$ 200,00

# Defensoria pública responde por 90% dos casos na Justiça

Serviço é gratuito e destinado a quem não tem como pagar um advogado. Na Paraíba, são 16 mil atendimentos por mês. **Página 5**

**Paraíba**

Edição: Paraíba Assis

Editorial: Uirapuru Divulgação

**Fonte Tambiá**

Saiba mais sobre o histórico da Fonte Tambiá e do Parque Arruda Câmara, erigido no pulmão da cidade de João Pessoa. **Página 7**



Foto: Uirapuru Divulgação

# Defensoria atende 90% dos processos da Justiça Comum

Serviço gratuito do órgão realiza uma média de 16 mil atendimentos por mês em todo o Estado da Paraíba

**Cecília Noronha**  
c.noronha2@gmail.com

A Inclusão social e acesso à Justiça é um direito do cidadão previsto no artigo 5º da Constituição Federal de 1988. O cumprimento dessa missão beneficia uma média de 16 mil pessoas por mês só na Defensoria Pública da Paraíba, oferecendo serviços advocatícios e de orientação gratuitos. Com isso, 90% dos processos em tramitação na Justiça Comum no nosso Estado correm sob a égide da gratuidade, segundo informações passadas pelo Tribunal de Justiça da Paraíba (TJ-PB). Quem não quiser arcar com custos processuais, desembolsando honorários, também pode recorrer ao Juizado Especial Cível (JEC).

O defensor público geral, Ricardo Barros, falou sobre os últimos avanços do órgão com vistas à ampliação dos serviços. "Nós avançamos bastante em várias áreas. No núcleo de saúde, com mais atendimento aos mais necessitados, contra planos de saúde, internações, intervenções cirúrgicas, tratamento quimioterápico", exemplificou. "Avançamos também na área de direitos humanos, fizemos acordo com prefeituras, com relação às comunidades indígenas, quilombolas, que habitam em alguns municípios aqui do nosso Estado. Também avançamos muito na assistência à criança e ao adolescente", citou.

**Diversidade**

Vale destacar que o órgão disponibiliza assistência jurídica em setores bem específicos para minorias sociais como mulheres, negros, índios, LGBT, pessoas com deficiência. Há ainda serviços direcionados à promoção dos direitos da criança e do adolescente, além do consumidor e idosos, só para citar mais alguns exemplos. "Sem a defensoria, uma média de 90% da população fica desassistida", destacou Ricardo Barros.

O mais recente Relatório de Gestão da Defensoria Pública da Paraíba, relativo ao biênio 2017/2018, apresenta balanços das atividades e das últimas implementações no serviço ofertado ao cidadão. O levantamento apontou que o órgão realizou mais de 306 mil atendimentos em todo o Estado durante todo o ano de 2017 até setembro de 2018. Se dividirmos esse total por pelos 19 meses analisados, a média é de 16,1 mil casos mensais encampados, gratuitamente, em prol de vulneráveis.

A maior parte desses atendimentos é relativa à área criminal (131.770), seguida da civil (82.938), família (81.773) e, por último, Fazenda Pública (9.540). Vale ressaltar que os atendimentos cresceram 25% de 2016 para 2017 na



Foto: DPC-PE

O defensor público Ricardo Barros fala sobre os avanços das iniciativas e ressalta que o compromisso da Defensoria Pública beneficia uma média de 16 mil pessoas por mês

Execução Penal. Esse desempenho também está ligado aos investimentos no setor profissional. Um exemplo disso foram os 23 novos defensores públicos concursados que foram convocados.

Com relação à estrutura de atendimento, o levantamento mostra que o órgão possui seis núcleos regionais (Cajazeiras, Sousa, Patos, Campina Grande, Guarabira e João Pessoa) e cinco sedes (Princesa Isabel, Picuí, Araróias, Pirpirituba e Cabedelo). Além desses locais, há salas de atendimento, instaladas em fóruns e órgãos, em vários municípios paraibanos.

Toda essa rede, que inclui sedes e núcleos em 11 municípios de referência, é fruto de ações de investimentos para ampliação de serviços. Em maio de 2017, por exemplo, foi inaugurado um novo núcleo em João Pessoa. A população passou a contar também com nova sede do Núcleo de Atendimento em Campina Grande. Os núcleos Cajazeiras, Sousa, Patos, além de sedes de atendimento em Cabedelo também fazem parte desse novo capítulo bem-sucedido da ampliação.

**Maior parte dos atendimentos feitos nos diferentes núcleos é relativa à área criminal, civil, da família e da Fazenda Pública**

## Atendimento itinerante para acesso à Justiça

Foto: DPC-PE

Para somar às sedes, núcleos e salas de atendimento, a Defensoria Pública também criou a assistência jurídica gratuita a pessoas carentes de vários bairros da capital e interior da Paraíba. A missão dessa frente de ação também é levar informações sobre direitos humanos e cidadania aos paraibanos. Para isso, essas equipes fazem a identificação das principais necessidades jurídicas da localidade por onde passam.

De acordo com o Relatório de Gestão da Defensoria Pública, o serviço itinerante atuou em Fombal e Campina Grande, durante todo o ano de 2017, somando 794 atendimentos, o que resultou em 185 ações ajuizadas. De janeiro a outubro de 2018, o trabalho envolveu os municípios de Cateão do Rocha, Coremas, São José do Sabugi e João Pessoa, resultando em 419 atendimentos e 89 ações



Serviço itinerante leva centenas de pessoas a procurarem ajuda jurídica de forma gratuita

ajuízadas. Na capital, o serviço circulou com suas ações em dez pontos estratégicos (Padre Ze, Ponto de Cem Reis, Centro FOF, Alto o Mateus, Geisel, Parque Solon de Lucena/Lagooa, Torre, Rangel, Mangabeira, Valentina).

**SERVIÇO**

**Saiba mais...**

A assistência jurídica integral e gratuita aos chamados hipossuficientes é considerada um direito e garantia fundamental de cidadania. A determinação está inserida no artigo 3º da Constituição da República. A Carta Magna impõe o dever inabalável da União, estados e Distrito Federal prestarem esse tipo serviço. Isso é efetivado diretamente pelo Poder Público, por meio da Defensoria Pública, instalada em todo o país, seguindo normas constitucionalmente previstas em lei complementar.

A Defensoria Pública da Paraíba fica situada à Rua Monsenhor Walfredo Leal, 467, Tambaí.

## Atuação do Juizado Especial

Além da Justiça Comum, há ainda os processos gratuitos que correm no Juizado Especial Cível. Ele faz uma média de encaminhamentos 3,2 mil processos mensalmente. Essa quantidade corresponde à soma de todos os 21 núcleos existentes na Paraíba, de acordo com informações da Diretoria de Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado (TJ-PB).

O assessor técnico da Diretoria de Planejamento Estratégico do tribunal explicou que qualquer pessoa tem direito a utilizar os serviços do Juizado Especial Cível. É importante ressaltar que tal gratuidade cessa se o processo passar para a fase de recurso. "Nessa fase, tem que haver um advogado particular ou defensor público", afirmou. "Boa parte

desses processos são relativos à relação de consumo, ou seja, de serviços prestados", acrescentou.

Ainda de acordo com informações do TJ-PB, o cidadão pode dar entrada em um processo no Juizado Especial Cível tanto por conta própria como por advogado. No primeiro caso, basta se dirigir, pessoalmente, ao setor de distribuição do fórum correspondente à cidade do Juizado. Juizado Especial Cível aceita aqueles processos cujas causas não extrapolam 40 salários mínimos. Porém, para casos onde o montante envolvido fica acima de 20 salários mínimos até o valor do teto, é preciso adquirir um advogado, seja por meio da Defensoria Pública ou de profissional particular.



Ele tem uma história na advocacia paraibana, não apenas como profissional do Direito, mas, sobretudo, pela sua permanente preocupação com a valorização da categoria, com as suas conquistas e com o interesse de proteger a sociedade. Advogado, professor e jornalista, **LEVY BORGES DE LIMA** é defensor público com muitos anos de atuação no Fórum da Capital. Fundador e primeiro presidente da Associação dos Advogados da Paraíba, que implantou a primeira tabela de honorários da entidade, tem militância histórica na Ordem dos Advogados do Brasil, seção da Paraíba, tendo sido o primeiro presidente da Comissão do Exame de Ordem na OAB-PB.

## Defensoria faz 1ª visita virtual

A imagem na tela pode até ser pequena, mas a emoção causada pelo encontro virtual de uma dona de casa com seu filho - preso a 310 km de distância - foi enorme.

Residente em Patos, no Serião, a dona de casa Maria do Socorro ganhou o direito de ver o filho na primeira visita virtual promovida pela Defensoria Pública do Estado da Paraíba.

O jovem está recolhido há nove meses na Cadeia de Belém, Agreste do Estado, e este foi o primeiro encontro dos dois desde a prisão. A visita foi autorizada pelo Judiciário e aconteceu em 23 de agosto.

Desde que foi preso preventivamente, no dia 8 de dezembro de 2018, o jovem de família humilde nunca havia recebido a visita de familiares, em razão do alto custo de deslocamento.

Diante disso, a defensora pública da Comarca de Be-

lém, Diana Guedes, resolveu pedir o benefício à juíza responsável pela Comarca de Belém, que autorizou.

Ela contou com a ajuda da defensora pública Carolyne Andrade, que acompanhou a videochamada ao lado da mãe, no Núcleo de Atendimento da DPE em Patos.

O encontro virtual aconteceu no início da manhã e durou aproximadamente 30 minutos. Além das defensoras públicas das respectivas comarcas, a visita virtual teve a supervisão de agentes penitenciários. A defensora pública Carolyne Andrade ressalta que a punição que o Estado impõe aos presos é relativa à privação da liberdade - "e já é muito severa", afirma.

"Outros direitos, pelo menos teoricamente, continuam assegurados, como o direito à saúde, à religião e a ter contato com a família", complementa.

# Mãe vê filho preso a 310 km na 1ª visita virtual da DPE

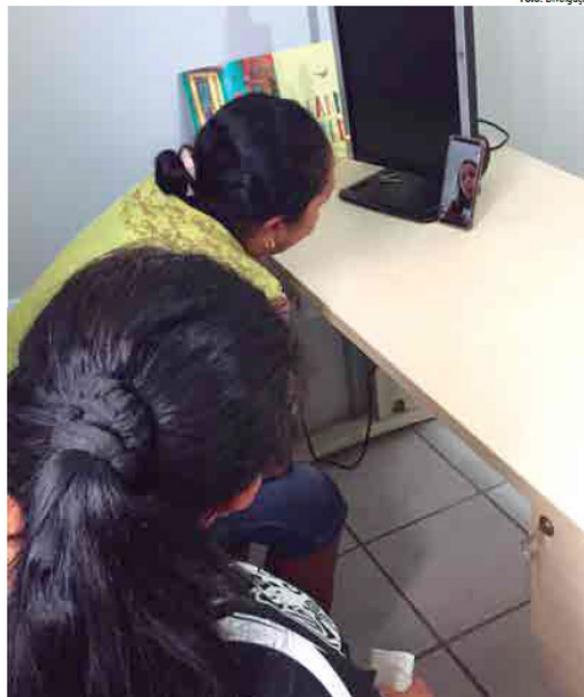
Medida foi autorizada pela Justiça e supervisionada por agentes penitenciários e pela Defensoria Pública

A imagem na tela pode até ser pequena, mas a emoção causada pelo encontro virtual de uma dona de casa com seu filho - preso a 310 km de distância - foi enorme. Residente na cidade de Patos, no Sertão da Paraíba, a dona de casa Maria do Socorro ganhou o direito de ver o filho na primeira visita virtual promovida pela Defensoria Pública do Estado da Paraíba. O jovem está recolhido há nove meses na Cadeia de Belém, Agreste do Estado, e este foi o primeiro encontro dos dois desde a prisão. A visita foi autorizada pelo Judiciário e aconteceu no último dia 23 de agosto.

Desde que foi preso preventivamente, no dia 8 de dezembro de 2018, o jovem de família humilde nunca havia recebido a visita de familiares, em razão do alto custo de deslocamento. Diante disso, a defensora pública da Comarca de Belém, Diana Guedes, resolveu pedir o benefício à juíza responsável pela Comarca de Belém, que autorizou. Ela contou com a ajuda da defensora pública Carolyne Andrade, que acompanhou a videochamada ao lado da mãe, no Núcleo de Atendimento da DPE em Patos.

O encontro virtual aconteceu na sexta-feira pela manhã, por volta das 8h, e durou aproximadamente 30 minutos. Além das defensoras públicas das respectivas comarcas, a visita virtual teve a supervisão de agentes penitenciários.

A defensora pública Carolyne Andrade ressalta que a punição que o Estado impõe aos presos é relativa à privação da liberdade - "e já é muito severa", afirma. "Outros direitos, pelo menos teoricamente, conti-



A dona de casa Maria do Socorro ganhou o direito de ver o filho na visita virtual ao lado da defensora pública Carolyne Andrade

nuam assegurados, como o direito à saúde, à religião e a ter contato com a família - conforme dispõe o art. 41 da Lei de Execução Penal", complementa.

A defensora salienta que a maioria das famílias de pessoas detidas, em razão da exclusão social, não possui condição financeira de percorrer longas distâncias territoriais, mesmo dentro do mesmo Estado. "Acreditando que os familiares do preso

não podem ser punidos com esse afastamento, intermediamos essa visita virtual. Por ser uma instituição que atende os mais vulneráveis, essa iniciativa da Defensoria, acredito, orgulha a todos", afirma Carolyne.

Para a defensora pública Diana Guedes, a iniciativa deveria ser repetida em outros estabelecimentos penais. Ela lembra, inclusive, que a Gerência Operacional de Articulação com Estabe-

lecimentos Penais (Goep) da DPE-PB já encaminhou para o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) a minuta do convênio de um projeto que prevê a realização de visitas virtuais no Sistema Prisional da Paraíba.

"É importante para amenizar a ansiedade das famílias e dos presos, inclusive para que eles possam cumprir de maneira mais satisfatória os deveres impostos pela Lei de Execução Penal", ressaltou.

## Correios: servidor em greve avalia proposta

Alexandra Tavares  
lekajip@hotmail.com

A greve dos Correios e Telégrafos iniciada há dois dias tem a adesão de aproximadamente 80% da categoria e segundo o diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Correios e Telégrafos da Paraíba (Sintect-PB), Fael Paiva, esse é um dos movimentos mais fortes já registrados. Segundo ele, a pressão dos trabalhadores já surtiu efeito e ontem a classe patronal abriu um canal de negociação em Brasília. Hoje à tarde, o sindicato se reúne para avaliar a proposta apresentada no encontro.

A audiência de conciliação ocorreu no Tribunal Superior do Trabalho (TST) no DF, onde foi apresentada a prorrogação do acordo coletivo até o dia 2 de outubro, enquanto a empresa elabora nova proposta. O Sintect-PB vai se reunir às 17h de hoje na unidade dos Correios, no Cristo Redentor para avaliar o que foi discutido. "Todos os sindicatos do país têm até terça-feira para dar um posicionamento sobre o resultado desta audiência. Até lá a greve continua", frisou Fael.

De acordo com o sindicalista, desde o mês de julho a empresa não negocia com os trabalhadores.

Entre as reivindicações dos trabalhadores estão aumento real e linear do salário no valor de R\$ 300, reposição salarial referente ao INPC de 3,25%, a manutenção das cláusulas

sociais, das horas-extras, do vale-refeição, abertura de concurso público para carteiros e a manutenção dos planos de saúde para os funcionários e seus dependentes, além de melhores condições de trabalho e a não precarização dos Correios. "A empresa nos oferece apenas 0,8% de reajuste salarial. Isso representa R\$ 13 sobre o salário base do carteiro", se queixou Fael.

Por conta da greve, um dos serviços que foi suspenso foi a entrega de Sedex. Um dos diferenciais desta paralisação, segundo o diretor, é que, além da adesão de 90% dos carteiros, grande parte dos trabalhadores que realizam atividades internas, como os atendentes, também cruza os braços. "Isso mostra a grande aceitação ao movimento", frisou Fael. Segundo ele, somente no Centro de Distribuição Domiciliar - CDD do Cristo, na capital, dos cerca de 40 trabalhadores, apenas seis ainda continuam trabalhando para manter os serviços essenciais.

A greve dos Correios se estende por todo o Estado. De acordo com Danilo Perônico, diretor do Sintect de Patos, o movimento está forte na cidade. "Aqui a agência central parou 100%. Quanto ao setor de Distribuição apenas três carteiros não aderiram à greve. No Sertão temos 83 unidades de Correios e desse total 70 pararam total ou parcialmente".

# Poderees reduzem a máquina pública

Adriana Rodrigues

Em tempos de crises Poderes públicos na Paraíba buscam enxugar gastos e modernizar gestões. Todos estão tentando se adequar à nova realidade, por meio de execução de ações que visam ajustar as despesas às receitas disponíveis, diminuir o tamanho da máquina administrativa, garantir recursos em tecnologia para informatização dos serviços e reduzir o custeio e até mesmo os gastos com pessoal.

O Governo do Estado, o Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB), a Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB), o Ministério Público da Paraíba (MPPB) e a Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPEPB) estão com projetos com o objetivo de modernização das suas atividades, com a perspectiva de reduzir os gastos, com menos pessoal e ainda melhorar a qualidade na prestação dos serviços.

O secretário de Planejamento, Orçamento e Gestão do Estado, Gilmar Martins de Carvalho, disse que os esforços do Executivo para manter o equilíbrio econômico e fiscal seguem, com uma série de ações. A principal delas, como destacou o secretário, é a continuidade da política de controle das despesas com pessoal, que representa cer-



Prioridade. O Governo do Estado busca ações que garantam o equilíbrio no contrato de pessoal

ca de 64% do total da despesa do Executivo estadual, além da manutenção do volume de recursos destinados a manutenção da estrutura estatal.

"Em paralelo, estamos trabalhando na implantação de soluções para o Governo Digital, com foco na redução de custos e na melhoria da qualidade dos serviços públicos", informou o secretário, que ainda não tem estimativas de

quanto será o montante de redução dos gastos. "Os estudos ainda estão em curso. O Projeto é bastante abrangente, mas vem surtindo efeitos, com a garantia do funcionamento da máquina pública, o pagamento da folha de pessoal, dentro do mês trabalho e investimentos em diversas áreas", declarou.

O secretário-chefe da Controladoria-Geral do Estado (CGE-PB), Letácio Guedes Júnior, disse que todos os esforços estão sendo concentrados para ajustar a máquina pública, reduzir seu tamanho e torná-la mais eficiente. Segundo ele, o Governo Digital, que está sendo implantado, vai garantir a redução dos custos

na área administrativa. "Com a implantação desse sistema vamos reduzir o tamanho da máquina, o número de pessoal e melhorar a qualidade na prestação dos serviços, com maior eficiência", explicou.

De acordo com Letácio Guedes, essas ações serão garantidas pela nova etapa do Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado da Paraíba (Profisco II PB), com um financiamento US\$ 42,688 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com contrapartida do Governo da Paraíba para investimentos nas secretarias voltadas à gestão fiscal do Estado. A contratação desta operação de crédito pela ALPB.

## Medidas

Diante da atual realidade financeira e de moralidade, os Poderes estão se readequando.

## R\$ 10 milhões por ano

O presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB), desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, disse que com as medidas tomadas desde o início da gestão, vai conseguir economizar R\$ 10 milhões por ano.

A economia ocorreu com a redução de 50% dos gastos com cargos em comissão no TJPB, por meio da extinção de cargos com maior remuneração, no âmbito do Tribunal, como de diretores, gerentes e assessores, que vão resultar em uma economia de R\$

7 milhões por ano aos cofres do TJPB.

O presidente destacou que está investindo na digitalização dos processos para reduzir os gastos e estimular a celeridade na prestação jurisdicional. "Estamos incentivando o trabalho à distância, equalizando a força de trabalho entre as unidades judiciárias. Investimos maciçamente nos núcleos de conciliação e nos julgamentos virtuais no TJPB e turmas recursais. Estamos unificando cartórios judiciais e fixando

juízes auxiliares em unidades fixas", comentou.

Outra medida adotada no Poder Judiciário, como informou Márcio Murilo, para reduzir os gastos, foi a unificação das garagens de carros da Grande João Pessoa, redu-

zindo a frota e enviando outros para unidades carentes.

"Transformamos postos físicos de vigilância em posto de vigilância eletrônica. Estamos mudando as lâmpadas eletrônicas para de leds. Com isso, vamos conseguir economizar mais de R\$ 3 milhões por ano, com energia, postos de vigilância e mudanças de Varas para outros prédios. Com o não preenchimento de cargos redirecionamos mais de R\$ 7 milhões do TJPB para as Comarcas. Vamos enxugar ainda mais, por que esse é um processo contínuo em todas as áreas", declarou o presidente do TJPB.

## Objetivo

No Tribunal, o presidente quer economizar para investir nos atendimentos no primeiro grau.

## Menos custeio e mais serviços

O presidente da ALPB, deputado Adriano Galdino (PSB), disse que as medidas adotadas pelo Poder Legislativo Estadual para reduzir o tamanho da máquina pública estão em curso e a meta é gastar menos do que o duodécimo repassado à Casa, para garantir recursos para investimentos.

De acordo com Galdino, além das medidas adotadas para diminuir gastos com papel, através da implantação do Sistema de Processos Legislativo 100% digital, também foram adotadas medidas para controle da frequência dos servidores, com o desconto em folha dos que faltarem ao trabalho. "Estamos trabalhando para reduzir o custeio e aumentar a qualidade na prestação dos serviços na Casa. Aprovamos o projeto de reforma administrativa, que além de economia, vai garantir mais transparência e maior resolutividade em nossas ações, para que a Assembleia esteja cada vez mais atendida com os anseios populares", comentou.

Adriano Galdino destacou, que o projeto de reforma administrativa elaborado pe-

la Mesa Diretora da ALPB, aprovado semana passada, vai possibilitar o aumento da transparência, modernização da estrutura e economia de recursos com as despesas de custeio do Poder Legislativo.

No Ministério Público da Paraíba (MPPB) as ações vêm sendo no sentido de reduzir os gastos com a modernização das prestações dos serviços, buscando economia, por meio da informatização. De acordo com o secretário de Planejamento e Gestão, promotor Leonardo Quintans, o órgão conseguiu concluir o processo de vitorização.

"Virtualizamos integralmente o MPPB, tanto em relação à área meio quanto à área fim. O ganho de eficiência é enorme. E a economia maior não é o papel, mas a possibilidade de otimizar, potencializar, anali-

sar, medir e alterar os processos de trabalho", explicou.

O promotor também destacou a criação do Núcleo Estadual de Movimentação de Procedimentos, que possibilita o trabalho à distância de servidores em outros setores da instituição em que se constata a necessidade. "Implantamos também o teletrabalho, no qual o servidor tem o dever de cumprir metas de produção, e o resultado tem sido surpreendente, com ganho na capacidade de trabalho além de nossas expectativas. Estamos investindo em tecnologia e temos disponibilizado ferramentas a membros e servidores que otimizam seu trabalho", revelou.

O secretário de Planejamento e Gestão do MPPB disse ainda, que está sendo feito redimensionamos no quadro de pessoal, a partir de dados estatísticos de demanda e produção.

O defensor público-geral do Estado da Paraíba, Ricardo Barros, adotou uma série de medidas de contenção de gastos na instituição, com a finalidade de continuar com as atividades (sem qualquer

ameaça de interrupção ou diminuição dos serviços) e com a folha de pagamento dos servidores em dia, diante da crise financeira que afeta o país.

"A ordem é economizar", afirmou Ricardo, acrescentando que, até a presente data, as despesas da Defensoria Pública da Paraíba (DPE-PB) estão todas em dia em função das medidas adotadas, dentre as quais se destacam a renovação de contratos para a instalação de medidas de segurança menos onerosas, como câmeras de segurança e cercas elétricas, bem como o escalonamento das viagens, em grupos, dos defensores públicos para participarem de Júris nas comarcas do Estado.

**Custos.** No tocante ao pagamento de alugueis para instalação de Núcleos de atendimento, Barros disse que solicitou ao governador João Azevedo autorização para que a Defensoria possa ocupar prédios do Estado que estão fechados em comarcas, de forma que os núcleos da Instituição possam ser instalados, proporcionando mais economia.

## Cortes

Os gestores estão reavaliando contratos e número de servidores para buscar economia.

## Faculdades cobram taxa de repetência

A Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB) expediu recomendações a duas instituições privadas de ensino superior de Campina Grande por supostas cobranças de taxas de repetência dos alunos. Uma dessas faculdades teria, inclusive, condicionado a matrícula do aluno na disciplina ao pagamento da referida taxa.

Embasada na Lei Estadual nº 10.858/17 e fundamentada na urgência da situação, a DPE ajuizou – e a Justiça já deferiu – uma cautelar antecedente contra a União de Ensino Superior de Campina Grande (Unesc) para assegurar o direito dos alunos de cursarem as disciplinas sem custo extra.

A lei em questão proíbe que instituições privadas de ensino superior da Paraíba cobrem taxas de repetência, taxa sobre disciplina eletiva e taxa de prova. O defensor público e coordenador do Núcleo de Atendimento da DPE-PB

### DANO

O Juiz de Direito da 5ª Vara Cível de Campina Grande, Valério Andrade Porto, concedeu a tutela de urgência.

em Campina Grande, Marcel Joffily, explicou que em um caso análogo, o Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar uma ação direta de inconstitucionalidade, reconheceu que esse tipo de lei e a proibição dessas taxas é constitucional.

“O STF foi unânime ao julgar improcedente Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) ajuizada pela Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup) contra a lei estadual 7.202/2016 do Rio de Janeiro, lei esta com conteúdo praticamente idêntico à lei paraibana. Essa decisão do Supremo é, inclusive, um precedente vinculante”, destacou Joffily.

### • JORNAL A UNIÃO

## Caderno Geral - Pág.03

### No cárcere

## TJPB discute a implantação de política de atenção integral à saúde mental

A Paraíba está prestes a se tornar o quarto Estado do país a ter uma política pública voltada à atenção integral de pessoas com transtornos mentais em conflito com a lei, ficando atrás, apenas, do Piauí, Minas e Pernambuco. Este tema foi tratado durante reunião ontem na sede do Tribunal de Justiça da Paraíba, envolvendo representantes do Judiciário, do Executivo e das Universidades Federais de Campina Grande (UFCCG) e da Paraíba (UFPB).

Foram realizados vários encontros de trabalho para ajustar os objetivos, as diretrizes e os parâmetros da formação da equipe que atuará no tratamento e acompanhamento da saúde mental dos internos da Penitenciária Psiquiátrica Forense da Paraíba. Um grupo está sendo formado, o qual terá a participação do juiz Carlos Neves da Franca Neto, titular da Vara de Execução Penal (VEP) da capital.

Segundo o magistrado, as indicações dos membros do grupo estão em processo

de conclusão, no entanto, já foi iniciada a elaboração de um plano estadual de saúde mental para os internos da Psiquiatria Forense. “Eles precisam de acompanhamento, de um olhar diferenciado. A composição será bem eclética, formada por representantes do Estado, do Judiciário, do Executivo e das Universidades. Todos unidos em busca de implementar uma política em meio aberto e isso leva tempo e muita discussão”, ressaltou.

Ludmila Cerqueira Correia, professora da UFPB e coordenadora do Grupo de Extensão Loucura e Cidadania, está otimista com a formação do grupo na Paraíba. Ela lembrou que, em 2014, o TJPB havia sinalizado que era necessário uma atenção maior às pessoas que têm um transtorno mental

e cometem delitos. “Espero que esse grupo, de fato, consiga operacionalizar políticas públicas que já existem, tanto no âmbito do Ministério da Saúde, como, também, por meio de Resoluções do próprio CNJ e do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Acredito que o caminho está começando a se abrir com a instituição do grupo”, afirmou.

A gestora do Projeto Justiça Presente do Conselho Nacional de Justiça, Ana Pereira, explicou que essa foi a quarta reunião no sentido de pensar as demandas mais urgentes, que já foram atendidas ao longo desses quase três meses de trabalho. “Estamos institucionalizando esse grupo que vai ficar diretamente ligado ao Grupo de Monitoramento

e Fiscalização do Sistema Penitenciário (GMF), para se construir um plano estadual de atenção psicossocial às pessoas em sofrimento mental e em conflito com a lei. Ele nasce para ter a durabilidade de um ano, ou então, até que se cumpra os objetivos da construção do plano estadual e começar o monitoramento da política pública de atenção à saúde mental no cárcere”, frisou.

A reunião contou, ainda, com a participação do juiz-corregedor, Marcos Coelho de Salles, representando a Corregedoria-Geral de Justiça, e demais integrantes da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, Coordenador de Saúde Mental da Secretaria de Estado da Saúde, Núcleo Estadual do Ministério da Saúde na Paraíba, peritos do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura (MEPCT-PB), Secretaria de Desenvolvimento Humano, Complexo Juliano Moreira, Penitenciária Psiquiatria Forense e Defensoria Pública.

“No ano de 2014, o TJPB havia sinalizado que era necessário uma atenção maior às pessoas que têm um transtorno mental e cometem delitos”

# Comunidade Porto do Capim e Prefeitura vão se reunir

Esta é a primeira vez que a gestão municipal vai sentar com os moradores para discutir questão das moradias

Rammom Monte  
rammomon511@hotmail.com

Pela primeira vez, representantes dos moradores da comunidade Porto do Capim e da Prefeitura de João Pessoa irão se sentar para discutir o futuro do local. A reunião, que antes estava marcada para a quinta-feira (19), acontecerá na terça-feira (24), 19h, na sede do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), localizado no Centro Histórico da capital.

Na pauta, as duas partes vão tentar entrar em um acordo sobre o que vai ser feito em relação ao projeto do Parque Ecológico Sanhauá. De acordo com a assessoria de imprensa do Ministério Público Federal, o projeto só irá avançar caso tenha acordo e que seja chancelado pela comunidade.

No último dia 17, representantes da comunidade se reuniram na sede do Ministério Público Federal (MPF), com a participação da Defensoria Pública da União (DPU) e da Defensoria Pública Estadual (DPE).

Durante a reunião, a comunidade tradicional apresentou uma proposta alternativa à obra do Parque Sanhauá, projeto que a Prefeitura pretende erguer no território do Porto do Capim. A estudante Rossana Holanda, integrante da comunidade tradicional, res-

saltou que o diálogo com a Prefeitura não se trata de uma discussão acerca de moradia, mas sim de defesa do território por parte da comunidade ribeirinha e defendeu a proposta de requalificação de áreas do território para empacotamento.

"A gente aceita a proposta de um parque que seja de fato ecológico, que respeite a relação que a gente tem com o solo, principalmente, em se tratando de uma área à margem de um rio, à margem do mangue, que é um solo vivo", reforçou Holanda.

"Nós não queremos que se passe concreto por cima de um solo que é vivo. Para a gente, é doloroso imaginar o concreto sendo colocado em cima dos buracos do caranguejo. Por esse motivo, toda nossa proposta se baseia na não intervenção de concreto, mas em pequenos empacotamentos que tragam mais vida, respeitando essa relação humano e meio ambiente", explicou a estudante.

**Comunidade tradicional é a favor da não intervenção, pois não quer que concreto passe por cima de um solo que é vivo**



Uma das pautas que serão colocada na reunião será o projeto do Parque Ecológico Sanhauá. Caso vem sendo acompanhado pelo Ministério Público

## + Denominador comum

Para a secretária de Habitação de João Pessoa, Socorro Gadelha, o diálogo com a comunidade tradicional é uma via de mão dupla: "A gente vai fazer as nossas propostas para eles e eles estão fazendo as propostas deles para encontrarmos um denominador comum, sem prejuízo às famílias e sem prejuízo à obra", explicou a secretária. Conforme Gadelha, as propostas da comunidade serão levadas à prefeitura para que as possibilidades de atendimento sejam discutidas com o prefeito.

O procurador do Município de João Pessoa, Leon Delacio de Oliveira e Silva, lembrou que o caso está judicializado na Justiça Federal e que a prefeitura está cumprindo uma etapa daquilo que já formalizou dentro do processo, quando solicitou ao Judiciário a possibilidade de uma conciliação amigável. "Ainda que o processo exista e esteja em tramitação, nada impede que seja feita uma conciliação. Nesse sentido, [a reunião] foi um primeiro passo, após o ingresso da ação judicial [pelo MPF] para que a Prefeitura sentasse junto com a comunidade, Ministério Público e Defensorias Públicas e a gente pudesse avançar um pouco mais [nas negociações]".

Para o procurador da República José Godoy Bezerra de Souza, a reunião foi muito propositiva. "Desde que a Prefeitura sinalizou que queria construir uma solução negociada para o Porto do Capim, essa foi a primeira reunião que ocorreu entre as partes, onde a comunidade apresentou uma proposta muito clara, didática e fundamentada. Os representantes da Prefeitura também se mostraram o tempo todo abertos a essa discussão e à negociação, o que nos deixa otimistas de que chegaremos a um resultado positivo nesse caso", assinalou Godoy.

## Mutirão vai atender 400 presos em Gurabira

Com a presença do corregedor-geral de Justiça, desembargador Romero Marcelo da Fonseca Oliveira, teve início, na manhã de ontem (23), o mutirão carcerário do Presídio João Bosco Carneiro, localizado na Comarca de Gurabira.

A previsão do esforço concentrado é atender 400 pessoas privadas de liberdade, entre apenados condenados e presos provisórios. O mutirão vai transcorrer por 30 dias, podendo ser prorrogado por mais 30. A abertura dos trabalhos foi feita pela coordenadora dos Mutirões Carcerários na Paraíba e juíza titular da 1ª Vara Mista de Santa Rita, Lillian Cananéa.

Quem também esteve presente foi a juíza da 1ª Vara Mista e com competência em Execução Penal de Gurabira, Flávia Fernanda Aguiar Silvestre, como, ainda, o juiz-corregedor, Marcos Sales, o representante da Defensoria Pública, Marcos Antônio Melo, e a equipe da Administração Penitenciária.

Segundo Lillian Cananéa, todos os presos serão atendidos e terão o atestado de pena a cumprir devidamente entregue ou as informações dos processos em andamento.

A juíza informou, ainda, que, durante os mutirões carcerários, os trabalhos da Vara de Execução Penal é transferido para o interior da unidade prisional, e conta com a presença de um juiz, um promotor de justiça e de um defensor público. Na oportunidade, os presos terão os seus prontuários e guias de recolhimento avaliados.

"A direção do presídio, por sua vez, declara se o preso tem bom comportamento ou não e, finalmente, o promotor de Justiça dá seu parecer oral, após o pedido da Defensoria Pública, e a decisão é imediata, tanto para conceder o benefício de progressão de regime, como de livramento condicional", explicou a coordenadora dos mutirões.

A juíza enfatizou que os crimes mais comuns praticados pelos presos da Unidade João Bosco Carneiro estão relacionados aos delitos patrimoniais, ou seja, roubo com ligação ao tráfico de drogas.

## Cotas raciais em concursos: TJPB julga ação improcedente

Nesta quarta-feira (25), durante a sessão ordinária de julgamento, O Pleno do Tribunal de Justiça da Paraíba julgou improcedente, ontem, o Mandado de Injunção Coletivo nº 0802595-18.2018.8.15.0000 impetrado pela Defensoria Pública do Estado da Paraíba contra ato omissivo imputado ao Governador do Estado. O questionamento trazido pela Defensoria está relacionado a inexistência de lei estadual que torne obrigatória a reserva em concursos públicos realizados no âmbito da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, de um percentual de vagas (cotas) destinadas às pessoas auto-declaradas negras ou pardas no

momento da inscrição do certame, nos termos do artigo 2º da Lei Federal nº 12.990/14.

A relatoria do Mandado de Injunção Coletivo foi do desembargador Leandro dos Santos e a decisão do Colegiado foi unânime. O relator afirmou que o Mandado de Injunção se destina a viabilizar o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, e esses elementos não estão caracterizados no caso concreto.

Ainda de acordo com o voto, a Defensoria Pública buscou alcançar objetivos incompatíveis com a destinação desse "remédio" constitucional.

NA PARAÍBA. DOS 223 MUNICÍPIOS, 13 POSSUEM DELEGACIAS DA MULHER; PESQUISA DO IBGE APONTA FALTA DE CENTROS DE ATENDIMENTO E CASAS-ABRIGO

# Atendimento à mulher é desafio

Beto Pessoa

Dos 223 municípios paraibanos, 13 possuem Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres (DEAM), segundo dados da Coordenação das DEAM na Paraíba. O número equivale a uma taxa de 5,8% de cidades com esta assistência, percentual abaixo da média nacional, que é de 8,3%, de acordo com as informações divulgadas na tarde de ontem, dia 25, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nas Pesquisas de Informações Básicas Municipais e Estaduais (Munic/Estadac).

João Pessoa (duas delegacias), Santa Rita, Bayeux, Cabedelo, Campina Grande, Guarabira, Patos, Cajazeiras, Picuí, Sousa, Mamanguape, Queimadas e Monteiro são as cidades que possuem estes equipamentos.

O material aponta também que, em todo estado, existem, em 2018, 12 Centros Especializados de Atendimento à Mulher (CEAM); 12 Serviços Especializados de Atendimento à Violência Sexual; e 7 Juizados ou Varas Especializadas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Entre eles está o Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra, que funciona em João Pessoa. Lá, as mulheres são acolhidas, orientadas e encaminhadas para a Rede de Atendimento, a partir de uma equipe multiprofissional composta por psicólogas, advogadas, entre outras.

Na Paraíba, há ainda oito Promotorias Especializadas / Núcleos de Gênero do Ministério Público e três Defensorias da Mulher ou Núcleo Especial de Direito da Mulher e de Vítimas de Violência (NUDEMs).

A nível regional, o número de Delegacias Especializadas em Atendimento às Mulheres da Paraíba ficou acima da média. Dos 1.794 municípios do Nordeste, somente 85 possuem estes equipamentos, o que dá uma taxa de 4,7% de cidades com esse tipo de assistência.

## Situação no País

Em todo país, em 2018, apenas 8,3% dos municípios tinham delegacias especializadas de atendimento à mulher e 9,7% dos municípios brasileiros ofereciam serviços especializados de atendimento à violência sexual. Observou-se, também,

que o percentual de municípios com organismo executivo de políticas para mulheres caiu entre 2013 (27,5%) e 2018 (19,9%), chegando ao patamar de 2009 (18,7%). Além disso, o percentual de municípios que contavam com casas-abrigo de gestão municipal para mulheres em situação de violência caiu de 2,5% em 2013 para 2,4% em 2018. Neste ano, 1.221 mulheres e 1.103 crianças foram atendidas pelas casas-abrigo, sendo que a principal atividade ofertada é o atendimento psicológico individual (74,5%). As creches são as atividades menos presentes nestas instituições (19,0%).

### DELEGACIAS DA MULHER NA PB

João Pessoa (Norte)	3218 - 5316	Cabedelo	3228 - 6439
João Pessoa (Sul)	3264 - 9164	Sousa	3522 - 6627
Bayeux	3232 - 3339	Cajazeiras	3531 - 7022
Mamanguape	3292 - 2604	Picuí	3371 - 2364
Campina Grande	3310 - 9310	Monteiro	3351 - 2147
Guarabira	3271 - 2986	Queimadas	3392 - 2611
Santa Rita	3229 - 8738	Patos	3423 - 2237

## Estudo de mais oito equipamentos

A coordenadora das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres, Maisa Félix, falou do trabalho que tem sido realizado para a implementação das DEAMs no estado.

"Estamos hoje com 14 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher e um Núcleo. Saímos de nove para 14 delegacias. Mas primamos pela capacitação de todos os nossos policiais para o atendimento adequado. Onde não tem DEAM, as vítimas são

atendidas em uma delegacia municipal", disse Maisa Félix.

A responsável pelas Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres disse também que há previsão de ampliação desses equipamentos. "Estamos em estudo para instalações em outras seccionais, em número de 8, para alcançarmos 22, igualando ao número das seccionais no estado".

Por meio de sua Assessoria de Imprensa, a Polícia Civil

da Paraíba informou que o Governo do Estado vem investindo na criação de delegacias e no atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e sexual na Paraíba.

A assessoria reforçou que até o ano de 2014, existiam nove delegacias especializadas no atendimento às mulheres no Estado. A partir de 2015, ocorreu a instalação de mais unidades. Foram três delegacias criadas em 2015, outras duas em 2016 e uma em 2018.

Ao todo, a Paraíba dispõe de 15 delegacias de atendimento às mulheres (incluindo um núcleo), distribuídas nas cidades de João Pessoa, Campina Grande, Guarabira, Sousa, Patos, Cajazeiras, Cabedelo, Bayeux, Santa Rita, Monteiro, Picuí, Mamanguape e Queimadas.

Nos locais em que não há Delegacia da Mulher, as vítimas são atendidas pelas delegacias municipais, que estão preparadas para prestar a devida assistência.



Serviço. João Pessoa tem duas delegacias especializadas



ARQUIVO CORREIO

EM GUARABIRA

# Mutirão avalia situação de presos

Com a presença do corregedor-geral de Justiça, desembargador Romero Marcelo da Fonseca Oliveira, teve início, no dia 23, o mutirão carcerário do Presídio João Bosco Carneiro, localizado na Comarca de Guarabira. A previsão do esforço concentrado é atender 400 pessoas privadas de liberdade, entre apenados condenados e presos provisórios. O mutirão vai transcorrer por 30 dias, podendo ser prorrogado por mais 30. A abertura dos trabalhos foi feita pela coordenadora dos Mutirões Carcerários na Paraíba e juíza titular da 1ª Vara Mista de Santa Rita, Lillian Cananéa.

Participaram, também, a juíza da 1ª Vara Mista e com competência em Execução Penal de Guarabira, Flávia

Fernanda Aguiar Silvestre, o juiz-corregedor Marcos Sales, o representante da Defensoria Pública, Marcos Antônio Melo, e a equipe da Administração Penitenciária.

Segundo Lillian Cananéa, os presos receberão o atestado de pena a cumprir. A juíza informou que, durante os mutirões carcerários, os trabalhos da Vara de Execução Penal é transferido para o interior da unidade prisional, e conta com a presença de um juiz, um promotor de justiça e de um defensor público. Os presos têm os seus prontuários e guias de recolhimento avaliados.

“A direção do presídio, por sua vez, declara se o preso tem bom comportamento ou não e, finalmente, o promotor de Justiça dá



ASSESSORIA DO TJ/PB

**PARCERIA.** Abertura do mutirão em Guarabira ocorreu no dia 23

seu parecer oral, após o pedido da Defensoria Pública, e a decisão é imediata, tanto para conceder o benefício de progressão de regime como de livramento condicional”, explicou.

A juíza enfatizou que os crimes mais comuns dos presos da Unidade João Bosco Carneiro são delitos patrimoniais, ou seja, roubo com ligação ao tráfico de drogas.